



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Hamilton Mourão

**REQUERIMENTO Nº DE - CRE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações detalhadas sobre as recentes manifestações oficiais enviadas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Poder Legislativo, nas quais se aponta o risco de imposição de sanções extraterritoriais e de eventual uso de força militar por parte dos Estados Unidos da América em território nacional, motivados pela classificação unilateral de facções criminosas brasileiras como organizações terroristas por aquele país.

**JUSTIFICAÇÃO**

Recentemente, ganhou ampla repercussão na esfera pública e institucional a manifestação formal enviada pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) ao Congresso Nacional. No documento, assinado pelo Ministro Mauro Vieira, a diplomacia brasileira externa preocupação com a decisão do governo dos Estados Unidos da América de classificar, de forma unilateral, organizações criminosas de matriz brasileira — especificamente o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) — como entidades terroristas.

O Itamaraty alertou expressamente que tal enquadramento jurídico por parte de Washington não traz benefícios práticos para a cooperação internacional e pode gerar sérias consequências para a soberania do Brasil. Entre os riscos elencados, a manifestação ministerial destaca a possibilidade de sanções e medidas judiciais ou administrativas de caráter extraterritorial incidentes sobre cidadãos, empresas e instituições financeiras nacionais. Mais grave ainda, o relatório aponta categoricamente a subsistência de riscos quanto ao emprego de



força militar estrangeira em solo pátrio sob o pretexto de combate ao terrorismo transnacional.

Como o tema toca simultaneamente nas duas maiores competências desta Comissão — a condução da política externa (Relações Exteriores) e a preservação da integridade do País (Defesa Nacional) —, faz-se indispensável que o Senado Federal exerça seu papel fiscalizador. É imperioso compreender os fundamentos geopolíticos e de Inteligência que basearam o alerta do Itamaraty, as providências diplomáticas coordenadas pelo governo brasileiro e as estratégias em curso para salvaguardar a autonomia jurisdicional e a soberania do Estado brasileiro frente a medidas unilaterais externas.

Diante do exposto e dada a extrema sensibilidade da matéria, conto com o apoio dos nobres pares para a célere aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2026.

**Senador Hamilton Mourão**  
**(REPUBLICANOS - RS)**

